

# O que pensam lideranças evangélicas conservadoras sobre democracia e direitos humanos? Uma análise a partir das linhas de forças sociais do conservadorismo brasileiro<sup>1 2</sup>

*What do conservative evangelical leaders think about democracy and human rights? An analysis of the social forces of Brazilian conservatism*

ANA CLAUDIA SALGADO CORTEZ

## RESUMO:

O artigo analisa os posicionamentos sobre democracia e direitos humanos de lideranças evangélicas apoiadoras de Jair Bolsonaro, buscando identificar em seus discursos elementos das linhas de forças sociais apontadas por Almeida (2019). De caráter qualitativo, o estudo em que se baseia o artigo incluiu a realização de 24 entrevistas com lideranças evangélicas, sendo 12 eleitoras de Jair Bolsonaro em 2018 e 12 contrárias ao então candidato à Presidência da República. As entrevistas com opositores de Bolsonaro foram utilizadas como mecanismo de controle para verificar se os argumentos utilizados por bolsonaristas eram restritos a esse grupo. Nossos resultados reforçam o que foi defendido por Almeida (2019) de que os evangélicos conservadores são um braço importante da onda conservadora brasileira, já que seus argumentos coadunam com três das linhas de forças sociais que compõem a onda

---

<sup>1</sup> Agradeço a Taciana Barcellos Rosa pelo auxílio na realização e análise das entrevistas aqui apresentadas.

<sup>2</sup> A autora agradece à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) pelo apoio sob o processo nº 2020/13977-6.

conservadora proposta pelo autor: a economicamente liberal, a moralmente reguladora e a socialmente intolerante.

**Palavras-chave:** Evangélicos; Direitos humanos; Democracia; Onda conservadora; Forças sociais.

## **ABSTRACT**

The article analyzes the positions on democracy and human rights of evangelical leaders who supported Jair Bolsonaro in 2018, seeking to identify in their speeches elements of the social forces pointed out by Almeida (2019) as part of the conservative wave in Brazil. Qualitatively, 24 interviews were conducted with evangelical leaders - 12 voters for Jair Bolsonaro in 2018, and 12 who declared being critics of the president. Interviews with Bolsonaro's opponents were used as a control mechanism to verify whether the arguments used by Bolsonarists were restricted just to this group. Our results reinforce what has been defended by Almeida (2019), that conservative evangelicals are a crucial arm of the Brazilian conservative wave. In our research, we found that the arguments of this group were in line with three of the social forces that compose the conservative wave: the economically liberal, the morally regulatory, and the socially intolerant ones.

**Keywords:** Evangelicals; Human Rights; Democracy; Conservative wave; Social forces.

## **INTRODUÇÃO**

O principal objetivo deste texto é analisar os posicionamentos sobre democracia e direitos humanos de lideranças evangélicas apoiadoras do presidente eleito em 2018, Jair Bolsonaro, buscando identificar em seus discursos elementos das linhas de forças sociais apontados por Almeida em seu texto “Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira”, publicado na *Novos Estudos* no ano de 2019.

Em termos teóricos essa pesquisa se baseia na tipologia apresentada por Almeida (2019) para a compreensão do que ele chama de onda conservadora, movimento que, apesar de extrapolar a atuação e posicionamento de setores evangélicos, conta com esse grupo religioso como uma de suas forças motrizes fundamentais. Neste artigo analisamos os posicionamentos sobre democracia e direitos humanos manifestados por lideranças evangélicas apoiadoras do então presidente Jair Bolsonaro, buscando identificar em seus discursos elementos das forças sociais apontadas por Almeida como constituintes da onda conservadora no Brasil.

O estudo a ser apresentado é de caráter qualitativo. Ao longo da pesquisa foram realizadas 24 entrevistas com lideranças evangélicas de diferentes denominações e orientações políticas, de modo a compreender suas posições sobre os temas investigados. Os respondentes foram divididos em dois grupos: eleitores de Jair Bolsonaro em 2018 e

não eleitores do então candidato no mesmo ano. As entrevistas com opositores de Bolsonaro serviram como uma espécie de controle para que pudéssemos compreender se os elementos identificados nos discursos dos bolsonaristas eram restritos a esse grupo ou se estavam presentes também nos posicionamentos de lideranças evangélicas opositoras ao então presidente da República.

Em relação à estrutura do artigo, este está dividido em quatro partes para além desta introdução. Na primeira, fazemos uma breve contextualização sobre os evangélicos no Brasil, sua presença no espaço público e marco teórico a ser utilizado em nossa análise. Na segunda, nos debruçamos sobre a metodologia utilizada para a coleta e análise dos dados levantados. Na terceira etapa apresentamos os resultados obtidos por meio das entrevistas, articulando-as com a teoria proposta. Por fim, na quarta e última parte, apresentamos as conclusões.

## 1. EVANGÉLICOS NO BRASIL E A ONDA CONSERVADORA

O avanço do movimento evangélico no Brasil é inegável. De acordo com pesquisa do Instituto Datafolha em 2020<sup>3</sup>, 31% da população brasileira se declara evangélica e há a expectativa de que esse número aumente nos próximos anos. Segundo previsões do IBGE, é esperado que em 2040 os evangélicos representem 43% da população brasileira, enquanto os católicos 35,5%, invertendo pela primeira vez a representatividade religiosa de nossa população. Estes números apontam para o rápido crescimento evangélico no Brasil: em 1980, os evangélicos representavam cerca de 6,6% do total da população brasileira; 9% em 1991 e 15,4% em 2000.

Juntamente ao crescimento numérico dos evangélicos, houve também um aumento da presença pública desse grupo, que vai da mídia à política, passando por manifestações de rua e megaeventos musicais (PÉREZ GUADALUPE, 2020). De acordo com Paula Montero (2012), segmentos do campo protestante (ao lado dos católicos) ampliaram sua atuação no espaço público ao ajustarem sua visão ética a uma linguagem mais secularizada e assim passaram a ter um papel significativo na construção da cidadania no Brasil, a partir da participação parlamentar e produção de novas leis (p.173).

Apesar de os evangélicos atuarem na política desde 1930, foi a partir de 1985, com a redemocratização, que sua atuação cresceu no parlamento brasileiro. Esse crescimento foi

---

<sup>3</sup> <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/cara-tipica-do-evangelico-brasileiro-e-feminina-e-negra-aponta-datafolha.shtml>

impulsionado por pentecostais e neopentecostais, os quais romperam com a posição de isolamento social que adotavam até então (FREESTON, 1993).

Segundo Pérez Guadalupe (2020), um dos motivos para o fim do isolamento das igrejas evangélicas no espaço público, especialmente as pentecostais, foi uma mudança na escatologia evangélica entre os anos 1980 e 1990. Nesse período chegava ao meio evangélico uma nova teologia, denominada de pós-milenarismo, que defendia que o milênio seria um importante momento para o desenvolvimento espiritual da Igreja no mundo. Essa mudança foi acompanhada da teologia do domínio, que defende que os cristãos evangélicos estão predestinados a ocuparem posições de poder em diferentes esferas sociais de modo a influenciar a sociedade a partir dos valores cristãos (VITAL DA CUNHA & LOPES, 2013).

Quanto ao período mais recente, podemos afirmar que a conjuntura política das manifestações de 2013, o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016 e sobretudo a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 marcaram a consolidação dos evangélicos como atores políticos relevantes no cenário nacional (CARRANZA, 2020). Tal consolidação é resultado de anos de mobilizações no interior dos poderes Legislativo e Executivo, de mobilização pastoral e da sociedade civil em comunidades locais e, por fim, do uso maciço da mídia religiosa como meio de comunicação com as massas (CARRANZA, 2020).

Em 2018, os evangélicos formaram o grupo que mais fez diferença para a eleição de Jair Bolsonaro à Presidência da República. Segundo José Eustáquio Diniz Alvez (ENPE/IBGE), os evangélicos foram responsáveis pelos 11 milhões de votos que garantiram a eleição de Bolsonaro como presidente da República (MARIANO; GERARDI, 2020). Em 2022, o mesmo autor afirmou que o voto da maior parte dos evangélicos em Bolsonaro (62%, segundo o Datafolha) evitou que Lula ganhasse as eleições no primeiro turno, mesmo tendo maioria entre católicos, pessoas de outras religiões e sem religião<sup>4</sup>.

Mobilizados principalmente pela pauta de costumes, pelo medo do avanço da “ideologia de gênero”, pelo discurso anticorrupção e pelo antipetismo, muitos evangélicos optaram por apoiar Jair Bolsonaro em 2018 (ALMEIDA, 2020). A identidade cristã de Bolsonaro foi exaltada por lideranças do campo, assim como sua defesa da família tradicional e dos valores cristãos. Alguns pastores, apesar de condenarem a truculência

---

<sup>4</sup> Há um debate sobre essa afirmação, o qual pode ser verificado em texto de Alexandre Brasil Fonseca (2018) intitulado “Foram os evangélicos que elegeram Bolsonaro?”. Não entraremos neste debate, pois não é objetivo do artigo.

verbal do candidato e depois presidente da República e sua obsessão pela liberação de armas, justificaram seu apoio na defesa dos valores cristãos (MARIANO; GERARDI, 2020).

Ao longo de todo o mandato de Jair Bolsonaro na Presidência da República, os evangélicos foram sua principal base de apoio. Segundo pesquisa do Datafolha, publicada em outubro de 2022<sup>5</sup>, enquanto a taxa de aprovação de Bolsonaro entre a população em geral era de 38%, entre os evangélicos era de 50%. Ademais, de acordo com estudo realizado pela Fundação Tide Setubal (2019), homens evangélicos formavam em 2019 o grupo de maior apoio ao governo Bolsonaro em comparação a outros segmentos da sociedade.

Segundo Almeida (2019), parcela significativa dos evangélicos compõe um processo social amplo denominado de onda conservadora, que tem tido papel importante na crise brasileira dos últimos anos. Essa onda teve início com os protestos de junho de 2013, se aprofundou com o impeachment de Dilma Rousseff e culminou na eleição de Bolsonaro em 2018. De acordo com o autor, essa onda conservadora é composta por forças sociais que antecedem e ultrapassam a atuação dos evangélicos no espaço público brasileiro. Segundo ele, são quatro as linhas de forças sociais que compõem a onda conservadora brasileira, na qual os evangélicos estão diretamente implicados. São elas: economicamente liberal, moralmente reguladora, securitariamente punitiva e socialmente intolerante.

A força economicamente liberal diz respeito ao papel do Estado na economia. Quem a defende advoga uma menor intervenção estatal na economia e, apesar de reconhecer parcialmente os benefícios das políticas de proteção social em geral, as critica afirmando que essas geram uma espécie de acomodação das pessoas e fidelização a um partido político. Em meio a esse grupo, são valorizadas a ideia de meritocracia e a iniciativa privada, em contraposição às políticas compensatórias e identitárias.

A segunda força social apontada pelo autor refere-se à moralidade e aos costumes. Desde a redemocratização vivenciamos no País avanços importantes referentes aos direitos sexuais e reprodutivos. Como resultado desse processo, forças conservadoras e reacionárias — especialmente religiosas cristãs — têm-se levantado para impedir que essa agenda avance ainda mais. Segundo Almeida, “esse contexto tem resultado na disputa pela moralidade pública, que encontrou nas religiões cristãs os principais promotores da

---

<sup>5</sup><https://datafolha.folha.uol.com.br/avaliacao-de-governo/2022/10/38-aprovam-o-governo-bolsonaro-e-39-reprovam.shtml>

sacralização da família e da reprodução da vida” (2019, p. 208). Os temas que se destacam nesse campo são a defesa do modelo de família heteronormativo e a repulsa ao avanço de direitos sexuais e reprodutivos como casamento homoafetivo, adoção de crianças por casais homossexuais e aborto.

A terceira linha de força social apontada por Almeida refere-se a demandas por posturas mais repressivas e punitivistas por parte do aparelho de segurança estatal. Neste eixo são defendidas pautas como a redução da maioridade penal, revisão da política de desarmamento e intensificação da política de encarceramento em massa. Todas essas são ações que ampliam a violência legítima do Estado frente à população, especialmente àquela cujos direitos são diariamente violados, como a população negra.

Por fim, a quarta e última linha de força social que compõe a onda conservadora brasileira refere-se à intensidade e qualidade das interações sociais num contexto de forte polarização política. Esse eixo se refere aos tensionamentos interpessoais devido a divergências políticas entre os indivíduos, que perpassa seus laços de amizade, de trabalho e familiares. Essa força faz com que indivíduos desses grupos olhem para os outros a partir de seus próprios filtros (em grande parte religiosos), apartando-os de tudo o que não se enquadra no padrão presente na sua própria visão ou doutrina. Esse eixo sofre forte influência das redes sociais, que auxiliam nesse processo de polarização e intensificação dos conflitos interpessoais.

Como já destacado, essas linhas sociais que compõem o conservadorismo brasileiro não se limitam à atuação de grupos evangélicos, já que outros grupos sociais, religiosos ou não religiosos, estão também implicados nesse processo. Em outras palavras, o que queremos dizer é que nem todo evangélico é conservador, assim como nem todo conservador é evangélico.

Apesar do apoio maciço que Bolsonaro recebeu e ainda tem recebido de setores evangélicos, é importante ressaltar que esse não é um grupo coeso e que uma parte dele não o apoiou e tampouco o apoia. Nesse sentido, lembramos que tanto em 2018 quanto em 2022, cerca de 30% dos eleitores evangélicos não apoiaram Bolsonaro, o que revela um universo com diversidade interna. Como aponta Alencar (2019), quando o tema é esfera pública e engajamento social, os evangélicos possuem posições diversas, e apesar de a mídia e mesmo de a academia destacarem o conservadorismo social e moral dos evangélicos brasileiros, existe um campo evangélico progressista que tem se posicionado na esfera pública a partir de valores distintos do imaginário geralmente difundido sobre os evangélicos no Brasil (ALENCAR, 2019, p.173).

Assim, levando em consideração a proposição de Almeida (2019) de que a onda conservadora constitui “um emaranhado de vários jogadores em diferentes tabuleiros e ritmos” (p. 210) atravessados pelas forças sociais que destacamos acima, e sabendo que o setor evangélico é uma das peças fundamentais desse jogo, neste artigo analisaremos os posicionamentos sobre democracia e direitos humanos de lideranças evangélicas apoiadoras de Jair Bolsonaro, buscando identificar em seus discursos elementos das forças sociais apontadas por Almeida (2019). Sendo assim, neste artigo as entrevistas realizadas com lideranças críticas de Bolsonaro servirão como uma espécie de controle a fim de compreendermos se os elementos identificados estão presentes apenas nos discursos dos bolsonaristas ou no grupo evangélico como um todo, independentemente de seu posicionamento político.

## **2. METODOLOGIA**

Para este artigo foram realizadas 24 entrevistas semiestruturadas com lideranças evangélicas (uma com cada pessoa), em sua maioria pastores. Todas as entrevistas ocorreram em 2020, em meio à pandemia de COVID-19, e por isso foram realizadas de forma remota, seja por meio de conversas em vídeo através da plataforma “Google Meets”, seja pelo telefone. Em média, as entrevistas tiveram duração de uma hora.

O principal critério de seleção dos entrevistados foi o voto no segundo turno na eleição presidencial de 2018. Para chegar a essas pessoas, recorreremos ao auxílio de uma organização social evangélica que nos indicou uma ampla lista de nomes.

A partir dos nomes indicados pela organização social, dividimos os entrevistados em dois grupos: aqueles que votaram em Jair Bolsonaro em 2018 e aqueles que não votaram nesse candidato no mesmo ano. O grupo composto por aqueles que não votaram em Bolsonaro em 2018 permanecia, até as datas das respectivas entrevistas, crítico ao governo do então presidente da República. Da mesma forma, o grupo que o apoiara, apesar de críticas pontuais, seguia dando suporte ao seu governo.

Outros critérios secundários para a seleção dos entrevistados foram: capacidade de mobilização da liderança no meio evangélico, denominação, região e gênero. Sobre o perfil dos entrevistados, ressaltamos que a amostra é composta majoritariamente por homens (83,3%), pois houve dificuldades para o acesso de mulheres em cargos de lideranças nas igrejas evangélicas.

*O que pensam lideranças evangélicas conservadoras sobre democracia e direitos humanos? Uma análise a partir das linhas de forças sociais do conservadorismo brasileiro*

Já a média de idade de nossa amostra é de 53,8 anos e seu grau de escolaridade está acima da população evangélica em geral, sendo que 54,2% dos entrevistados possuem ensino superior completo, enquanto 45,8% são pós-graduados. Ademais, 62,5% dos entrevistados pertencem a igrejas protestantes históricas (Batista, Presbiteriana, Metodista ou Luterana), enquanto 37,5% são pentecostais.

Em relação à região, 54,2% dos respondentes são do Sudeste; 16,7% do Centro-Oeste; 12,5% do Nordeste; 12,5% do Sul e 4,1% do Norte. Como pode ser notado, houve dificuldades de acesso a lideranças evangélicas no Norte brasileiro, pois a organização social que auxiliou na composição da amostra da pesquisa possui pouca atuação nessa região. Uma sistematização das informações sobre os entrevistados pode ser vista no quadro 1.

**Quadro 1: Relação e perfil dos(as) entrevistados(as) segundo número atribuído a cada um(a), voto no 2º turno das eleições presidenciais de 2018, sexo, idade, estado, cargo, escolaridade e denominação.**

Nº	Voto em Bolsonaro?	Sexo	Idade	Estado	Cargo	Grau de escolaridade	Denominação
1	Não	Feminino	54	SP	Pastora	Pós-graduação	Metodista
2	Não	Masculino	57	MG	Pastor	Superior completo	Batista
3	Não	Masculino	60	DF	Pastor	Pós-graduação	Presbiteriano
4	Não	Masculino	53	RJ	Pastor	Pós-graduação	Pentecostal
5	Não	Masculino	56	PE	Pastor	Superior completo	Batista
6	Não	Feminino	50	DF	Pastora	Pós-graduação	Luterana
7	Não	Masculino	54	RJ	Pastor	Pós-graduação	Pentecostal
8	Não	Masculino	48	BA	Pastor	Superior completo	Batista
9	Não	Masculino	64	SP	Presbítero	Superior completo	Pentecostal
10	Não	Masculino	57	SP	Pastor	Superior completo	Pentecostal
11	Não	Masculino	45	PE	Pastor	Pós-graduação	Batista
12	Não	Masculino	59	SP	Evangélico e pesquisador do tema	Pós-graduação	Pentecostal
13	Sim	Masculino	62	RJ	Pastor	Superior completo	Presbiteriano
14	Sim	Masculino	41	MG	Pastor	Pós-graduação	Pentecostal
15	Sim	Masculino	63	SP	Pastor	Superior completo	Pentecostal
16	Sim	Masculino	47	AC	Pastor	Superior completo	Batista
17	Sim	Masculino	51	SP	Pastor	Superior completo	Presbiteriano
18	Sim	Masculino	55	RJ	Pastor	Pós-graduação	Batista
19	Sim	Masculino	65	PR	Pastor	Superior completo	Pentecostal
20	Sim	Masculino	45	MS	Pastor	Superior completo	Batista
21	Sim	Masculino	57	MG	Pastor	Superior completo	Presbiteriano
22	Sim	Masculino	47	MS	Pastor	Superior completo	Pentecostal
23	Sim	Feminino	51	PR	Pastora	Pós-graduação	Batista
24	Sim	Feminino	51	PR	1ª secretária	Pós-graduação	Batista

Fonte: Elaboração própria.

Ressaltamos que a constituição da amostra não teve pretensões de gerar generalizações, não apenas por seu tamanho, como também pelo fato de os entrevistados não terem sido selecionados aleatoriamente. Entretanto, os dados levantados e apresentados a seguir se coadunam com outras pesquisas no campo.

Todas as entrevistas foram gravadas com o consentimento dos entrevistados, que concordaram com o termo de consentimento da pesquisa. Ademais, as entrevistas foram analisadas por meio do software NVivo, onde foram analisadas as respostas de ambos os grupos, a partir das seguintes categorias: democracia, direitos humanos, políticas econômicas e sociais (políticas de cotas e transferência de renda), políticas de gênero (políticas de proteção às mulheres e casamento homoafetivo) e reprodutivos (aborto).

Para a realização da análise e apresentação dos resultados, as entrevistas foram enumeradas de 1 a 24. Aqueles que não votaram no presidente Jair Bolsonaro em 2018 e se mantiveram críticos a ele foram enumerados de 1 a 12. Já os apoiadores foram enumerados de 13 a 24. Tal esclarecimento é importante, pois toda análise que segue está baseada nessa numeração.

### **3. POSIÇÕES DE LIDERANÇAS EVANGÉLICAS SOBRE DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS**

Ao longo de nossa pesquisa, democracia e direitos humanos de forma mais abstrata e genérica se mostraram temas pouco polarizados entre os entrevistados. Efrem (2020) já argumentava que conceitos como democracia e a linguagem dos direitos humanos não são os principais temas de conflitos entre evangélicos e não evangélicos. De forma complementar ao que foi apresentado por esse autor, nossa pesquisa demonstra que esses conceitos também não são os principais temas de disputa entre evangélicos com posicionamentos políticos distintos. Maior polarização é encontrada em temas relacionados a políticas públicas de redução de desigualdades e, especialmente, pautas de direitos sexuais e reprodutivos, como veremos a seguir.

#### **Democracia**

Sobre democracia, fizemos duas questões aos nossos entrevistados: “O que você entende por democracia?” e “Para você, democracia é a melhor forma de governo?”. Ao responderem essas questões, 91,7% dos entrevistados concordaram que a democracia seria a melhor forma de governo ou pelo menos a “menos pior”. Sobre o conceito de democracia, ambos os grupos destacaram que se trata de um sistema em que (1) as pessoas podem escolher seus governantes e há participação do povo nas decisões governamentais; (2) há liberdades e respeito às diferentes escolhas dos cidadãos; e (3) há pluralidade de partidos e alternância de poder, juntamente com o direito de votar e ser votado.

A democracia é um regime político onde os cidadãos têm o direito de participar (Entrevista 23, apoiador de Bolsonaro em 2018).

(Ter) Liberdade de consciência, de expressão, religiosa, de associação, organização (Entrevista 2, opositor de Bolsonaro em 2018).

Entendo como regime onde existe pluralidade de partidos e alternância de poder (Entrevista 3, opositor de Bolsonaro em 2018).

Democracia é o direito de exercer a cidadania, de ser ouvido, de votar e ser votado (Entrevista 16, apoiador de Bolsonaro em 2018).

Em relação às divergências encontradas sobre o conceito de democracia, aqueles que possuem posicionamentos políticos contrários a Jair Bolsonaro reforçaram que numa democracia a vontade da maioria não deve ser sobreposta aos direitos das minorias.

Já entre o grupo apoiador de Bolsonaro, defende-se majoritariamente que a vontade da maioria seja sobreposta à minoria. De acordo com um de nossos entrevistados, “Democracia trata dos direitos da maioria” (Entrevista 17, apoiador de Bolsonaro em 2018). Essa visão de democracia como uma espécie de tirania da maioria, como temia Tocqueville (2020), surge também no trabalho de Efrem (2020), que registra a defesa, por parte de um dos entrevistados evangélicos, da exclusão de “gays” da sociedade desde que isso seja feito através de um procedimento democrático, respeitando a vontade da maioria.

Ademais, essa posição também é encontrada nas falas de Bolsonaro. Em discurso realizado em 17 de julho de 2022, o ex-presidente afirmou que “as leis existem, no meu entender, para proteger as maiorias. As minorias têm que se adequar”.<sup>6</sup>

Utilizando-se a tipologia de Almeida (2019) para a analisar as respostas das questões sobre democracia, vemos que, apesar da existência de convergências entre os grupos e baixa polarização nessas questões, as divergências encontradas entre eles apontam para um posicionamento socialmente intolerante por parte dos apoiadores de Jair Bolsonaro. Ao defenderem majoritariamente que a democracia é o regime em que a vontade da maioria (cristã) deve se sobrepor às minorias, esses endossam um posicionamento intolerante ao outro divergente e àquele que foge do padrão tradicional/cristão. Como já havia sido apontado por Almeida, há aqui pouca abertura para a diferença, já que esses grupos utilizam sua própria medida como definidora de padrões para a vida pública.

---

<sup>6</sup><https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/07/15/bolsonaro-defende-falas-transfobicas-minorias-tem-que-se-adequar.htm>.

### **Direitos humanos em termos gerais**

Em relação ao tema dos direitos humanos, questionamos nossos entrevistados sobre: “O que são direitos humanos para você?” e “Quais são as pessoas que os direitos humanos devem proteger?”. Em relação a essas questões, também encontramos baixa polarização entre os respondentes, sendo que os conceitos mais mobilizados por ambos os grupos foram direito à vida e à dignidade.

A principal divergência encontrada entre os grupos foi que enquanto os apoiadores de Bolsonaro ressaltaram o princípio da igualdade dos direitos humanos, seus críticos destacaram as diferenças sociais, econômicas e raciais entre as pessoas, afirmando a prioridade daqueles em situações de vulnerabilidades. Crianças, mulheres, negros e indígenas foram apontados por esse grupo como populações prioritárias.

(Direitos Humanos são) Para todos sem grupos privilegiados [...] Nós todos somos brasileiros, sendo negro, branco, índio, pobre, rico (Entrevistado 19, apoiador de Bolsonaro em 2018).

Em todas as sociedades temos grupos de maior vulnerabilidade, então eles deveriam ser grupos prioritários. No Brasil a população negra, por conta do racismo; a indígena, pelo seu passado e história; as mulheres, crianças, população LGBTQI+ (Entrevista 6, opositor de Bolsonaro em 2018).

Ao assumirem uma visão universalista dos direitos humanos, os apoiadores de Jair Bolsonaro afirmaram majoritariamente que os movimentos de direitos humanos, ao priorizarem certos grupos — como, por exemplo, pessoas negras, mulheres e grupos LGBTQI+ — acabam criando divisões na sociedade e geram conflitos que não são saudáveis para a vida social. Além disso, na visão de boa parte desse grupo, ao privilegiar minorias de gênero e raciais, os direitos humanos acabam excluindo a maioria da população<sup>7</sup>.

[...] então, essa ideia de defender direitos humanos para um grupo específico na minha opinião isso é perigoso porque pode levar esse grupo a se tornar justamente aquilo que ele está lutando contra, pode se tornar realmente um grupo onde se acha acima do bem e do mal, com o direito de excluir, de julgar, de recrudescer [...] é o grupo dos negros, é o grupo dos afros, é o grupo dos homossexuais, é o grupo da discussão de gênero. Gênero? Nós somos da raça humana. O que é importante para

---

<sup>7</sup> Notam-se, em várias falas do grupo de apoiadores de Jair Bolsonaro, ecos da crítica ao identitarismo. Sobre essa discussão, ver, entre outros, Riserio (2022) e Haider (2019).

os direitos humanos hoje? É o gay, é o homossexual [...] não é o miserável, não é o pobre, o cara que poderia crescer mais socialmente. É só o negro que é violentado? Quantos brancos são violentados? (Entrevista 17, apoiador de Bolsonaro em 2018).

Argumentos semelhantes também são encontrados nos discursos de Jair Bolsonaro. Em 28 de agosto de 2022, durante debate eleitoral, ao se referir aos direitos das mulheres o então presidente declarou “Chega de vitimismo. Somos todos iguais”.

Ademais, os apoiadores de Bolsonaro fizeram duras críticas aos movimentos de direitos humanos, tais como: a) foco excessivo dado por seus defensores a temas menos prioritários como, por exemplo, os direitos da população LGBTQIA+ e a defesa de bandidos<sup>8</sup>; b) um enviesamento de esquerda dos direitos humanos e de seus defensores, o que faz com que o tema fique demasiadamente polarizado, e; c) um posicionamento de confronto adotado por militantes que buscam fazer com que “todo mundo pareça ser preconceituoso”.

[...] direitos humanos estão sendo mudados de foco, cada hora é um foco. Então, são os direitos das lésbicas, do transexual, agora é o direito do pedófilo, ele é um coitado né? (ironia) [...] as pautas vão sendo confusas e difusas, daí embola tudo (Entrevistado 18, apoiador de Bolsonaro em 2018).

[...] eu acredito que pelo fato de direitos humanos ter sido carimbado pela esquerda ficou uma polarização, então, quem não é de esquerda é contra os direitos humanos, e não deveria ser assim (Entrevistado 22, apoiador de Bolsonaro em 2018).

Devem mostrar a realidade, mas não com essa afronta. Obrigar todo mundo. Dizer que todo mundo é preconceituoso (Entrevista 17, apoiador de Bolsonaro em 2018).

Quando questionados sobre o papel da igreja evangélica em relação aos direitos humanos no Brasil, todos os entrevistados concordaram que direitos humanos devem ser parte da missão das igrejas evangélicas. Neste sentido, um argumento mobilizado tanto por apoiadores de Bolsonaro como por seus opositores é o de que a igreja deveria não apenas atuar por direitos humanos, como também ser o braço do Estado nessa função. Segundo eles, as igrejas chegam a locais e a pessoas que o Estado não alcança e por isso seriam mais

---

<sup>8</sup> Resultado semelhante é encontrado pela pesquisa “O conservadorismo e as questões sociais” (2019), desenvolvida pela Fundação Tide Setubal.

efetivas. Ademais, devido a sua isenção fiscal, as igrejas teriam uma dívida social para com o Estado, que poderia ser paga através dessas ações sociais.

Apesar de todos os apoiadores de Bolsonaro afirmarem que concordam que direitos humanos devem ser parte da missão de todas as igrejas evangélicas, a maior parte deles ressalta uma importante ponderação sobre o tema. A primeira ponderação feita por esse grupo é a de que a igreja evangélica deve propagar direitos humanos à luz da bíblia. Ou seja, segundo eles, a defesa e promoção de direitos a ser realizada pela igreja não pode se chocar com os princípios bíblicos. Então, os direitos humanos que se chocarem com princípios bíblicos não devem ser defendidos pelas igrejas evangélicas.

Isso é direitos humanos bíblico [...] acho que a igreja deve ajudar, eu acho que a igreja deve ter esse coração humano, coração de compaixão, de amor, mas o que é certo é certo e o que é errado é errado. Nós não podemos passar a mão por cima (da cabeça) porque é coitadinho, pobrezinho, isso não ajuda as pessoas (Entrevista 16, apoiador de Bolsonaro em 2018).

Utilizando-se a tipologia de Almeida (2019) para analisar as falas dos entrevistados sobre direitos humanos, é possível identificar novamente elementos que se enquadram na quarta força social apontada pelo autor: a socialmente intolerante. Apesar de convergirem com os opositores de Bolsonaro sobre a importância dos direitos humanos e da dignidade humana para todo ser humano, esse grupo tem dificuldade de compreender que é preciso reconhecer as desigualdades para que assim todas as pessoas, especialmente aquelas mais vulneráveis, possam ter seus direitos garantidos. O fato de esse grupo criticar os movimentos de direitos humanos por privilegiarem populações vulneráveis em detrimento dos demais deixa clara a dificuldade dessas pessoas de entender que quando se trata de garantia de direitos humanos, muitas vezes é necessário diferenciar para igualar. Sobre isso Boaventura de Sousa Santos (2003, p. 56) afirma que “temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades”. Então, assim como uma democracia que não garanta os direitos da minoria se torna excludente, uma concepção de direitos humanos que não reconhece as desigualdades existentes na sociedade também o é.

Há outros dois elementos que reforçam o enquadramento das falas na linha de força socialmente intolerante. O primeiro se refere a uma visão do outro como inimigo,

seja ele a feminista, o esquerdista ou o “defensor de direitos humanos que defende bandidos”. “O outro” aqui é aquele que não compartilha dos mesmos valores/premissas defendidos por esse grupo, o que já havia sido identificado por Almeida (2019). Já o segundo elemento é a visão de que os direitos humanos defendidos pela igreja evangélica no espaço público devam ser submetidos às premissas bíblicas. Ou seja, como argumentamos anteriormente, há em meio a esse grupo uma espécie de reflexo de si na imagem do outro. Para eles, as normas sociais devem ser submetidas aos seus valores e crenças religiosas.

Quando questionados sobre os temas de direitos humanos que devem ser priorizados, enquanto os críticos de Bolsonaro ressaltaram direitos coletivos como direito à educação pública, saúde pública e combate à desigualdade social, seus apoiadores mencionaram majoritariamente direitos individuais como liberdade de expressão, direito de ir e vir e direito à propriedade.

Apesar de os dois grupos mencionarem que saúde e educação são temas prioritários para a proteção de direitos humanos no País, enquanto os críticos de Bolsonaro afirmam que o caminho para isso é o Estado — ou seja, educação e saúde públicas —, isso já é menos presente no grupo que o apoia. O que fica evidente entre aqueles que apoiam Jair Bolsonaro é um posicionamento contrário a uma espécie de paternalismo estatal e voltado para a necessidade de menos intervenção do Estado na sociedade e maior espaço para o protagonismo individual. Esse posicionamento de parte dos evangélicos já havia sido identificado por pesquisa do Datafolha realizada em 2014<sup>9</sup> e analisada por Prandi e Santos (2017), a qual identificou que 46% dos evangélicos não pentecostais e 45% dos pentecostais concordavam com a afirmação “quanto menos eu depender do governo, melhor estará minha vida”. Em sentido semelhante, um de nossos entrevistados afirmou: “O Estado não deve ser paternalista, mas ser de verdade, não aquela coisinha de sustentar” (Entrevista 16, apoiador de Bolsonaro em 2018).

Esse pensamento fica ainda mais claro na fala a seguir, quando um pastor apoiador de Bolsonaro afirma ser contrário a qualquer política social, inclusive ao SUS e à previdência social. Em sua visão, esse tipo de política gera uma dependência do indivíduo em relação ao Estado, o que dá ao segundo um poder excessivo sobre o primeiro. Esse

---

<sup>9</sup> Pesquisa nacional realizada pelo Instituto Datafolha entre os dias 1 e 3 de setembro de 2014 e analisada por PRANDI & SANTOS (2017).

pensamento aparece em maior ou menor grau na maior parte dos entrevistados que fazem parte do grupo de apoiadores de Jair Bolsonaro.

Eu sou contra o SUS. Você pode se assustar, eu sou contra! Eu gostaria que todo mundo ganhasse bem e tivesse seu plano de saúde e não dependesse do governo. Então, isso gradualmente deveria ser extinto [...] se eu não dependo do governo, ele não vai poder mandar em mim. Ele fala isso tem que usar máscara, não sei o que, tem que ficar em casa, e uma série de outras coisas porque eu dependo do SUS. Eles dizem assim 'ah não tem leite, não tem que fazer isso'. Se não dependesse do SUS, do poder público, o poder público não poderia, não deveria se intrometer na minha vida. Veja como é importante isso! [...] isso seria bem diferente se houvesse menos Brasília, mais Brasil, mais protagonismo do poder civil, de nós pessoas aqui na base [...] Só me deixa acrescentar uma coisa aqui. Eu sou contra a previdência pública. Nós temos que ter nossa previdência privada. Aí não haveria todo esse debate, essa discussão toda. Você está vendo a minha política, a minha visão? Eu não quero ficar dependendo do governo (Entrevista 18, apoiador de Bolsonaro em 2018).

Tanto a predileção por direitos individuais aos coletivos quanto a opção por menos intervenção estatal na economia e na sociedade em geral apontam que o grupo de lideranças evangélicas apoiadoras de Bolsonaro se alinham à força social que Almeida (2019) chamou de economicamente liberal. Essa força é reconhecida no jargão mencionado por nosso entrevistado “Menos Brasília, mais Brasil”, o qual foi frequentemente defendido pelo então candidato Bolsonaro durante a campanha de 2018. Como apontou Almeida, essa força rechaça o que denomina de paternalismo estatal, que levaria as pessoas a um certo comodismo e dependência do Estado. Isso fica ainda mais evidente a seguir quando questionamos os entrevistados sobre suas posições acerca de políticas de transferência de renda.

### **Direitos econômicos e sociais**

Em relação às políticas de cotas que permitem o acesso de estudantes de escolas públicas, de baixa renda, negros, pardos, indígenas e pessoas com deficiência ao ensino superior, vimos que esse é um tema bastante polarizado entre os dois grupos de entrevistados. A polarização está especialmente nas cotas raciais, pois enquanto a maioria dos opositores de Bolsonaro reconhece a necessidade de cotas raciais como um mecanismo de reparação histórica de desigualdades provenientes da escravidão e da colonização, a maior parte de seus apoiadores argumenta que essas são injustas e criam segmentações desnecessárias na população. Um dos apoiadores de Bolsonaro entrevistados chegou a comparar a política de cotas a um tribunal nazista. Outros argumentos contrários às cotas

raciais mobilizados por esse grupo são: a) raça não define inteligência; b) a definição de negro a partir de autodeclaração é altamente subjetiva, e; c) cotas raciais ferem o princípio da meritocracia.

Quem que julga a cota? Daí nós criamos um tribunal de raça, eu sou quase pardo, sou moreno, se eu prestar um concurso eu posso colocar que eu sou negro, que eu sou pardo, e quem vai dizer que eu não sou negro? [...] a gente se horrorizava com os tribunais ou com grupos nazistas que a gente chama de arianismo puro e o que eles faziam? Eles mediam o tamanho da cabeça, o tamanho do queixo, a arcada dentária [...] aqueles que não eram arianos puros eram proibidos de ter família ou eram castrados quimicamente para não se procriarem [...] ahhh mas isso foi lá no nazismo. Mas péra, o que estamos criando? Nós vamos olhar a cor da pele para dizer se o cara é competente ou não? (Entrevista 17, apoiador de Bolsonaro em 2018).

Primeiro, o critério racial adotado não existe biologicamente. Ou seja, os seres humanos têm um único genótipo, todos são iguais, tanto brancos, quanto negros. Outra questão, a cota racial cria uma distinção que vai subjugar a capacidade das pessoas negras. Então, eu acredito que nós estamos abrindo um contexto de discriminação daqueles que têm pele negra. [...] nós estamos dizendo que eles são incompetentes por causa da cor [...] por exemplo [...] meu bisavô era negro, e meu pai era oriundo de uma família de índios. Então, eu venho dessa mistura, dessa miscigenação. Como eu vou provar isso? [...] então, é difícil, a gente identificar quem é que tem esse direito, como buscar esse direito (Entrevista 21, apoiador de Bolsonaro em 2018).

A visão defendida por apoiadores de Bolsonaro de que as cotas são injustas e criam segmentações na sociedade, excluindo assim pessoas brancas, está alinhada com a análise que fizemos acima sobre a falta de percepção desse grupo sobre as desigualdades existentes na sociedade e a necessidade de desigualar para que direitos de populações marginalizadas sejam reconhecidos e garantidos. Posições semelhantes são encontradas nos discursos de Jair Bolsonaro. Em entrevista no Piauí, em 23 de outubro de 2018, ele afirmou que as políticas de cotas estão totalmente equivocadas porque reforçam o preconceito. "Isso tudo é maneira de dividir a sociedade. Não devemos ter classes especiais, por questão de cor de pele, por questão de opção sexual, por região, seja lá o que for. Nós somos todos iguais perante a lei. Somos um só povo"<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/24/bolsonaro-diz-ser-contrario-cotas-e-que-politica-de-combate-ao-preconceito-e-coitadismo.ghtml> .

Em relação às políticas de transferência de renda, especialmente o Bolsa Família, apesar de ambos os grupos se posicionarem majoritariamente favoráveis ao Programa, enquanto os críticos de Bolsonaro apontaram especialmente seus êxitos, os apoiadores de Bolsonaro focaram-se em críticas. As principais críticas apontadas por esse grupo foram que as políticas de transferência de renda deixam seus beneficiários acomodados e demasiadamente dependentes do Estado. Na visão desse grupo, a dependência do indivíduo em relação ao Estado é negativa, pois acaba por restringir a liberdade individual. Tais posições não são compactuadas pelo grupo de oposição ao Presidente da República, que acredita ser dever do Estado (e direito do cidadão) prover as mínimas condições de subsistência para uma vida digna.

São necessárias até o ponto em que eu não crie uma muleta, ou seja, estabeleça [...] uma desmotivação do indivíduo pobre procurar um emprego [...] aquela história daquele ditado chinês: às vezes é necessário a gente dar o pão [...] ou dar o peixe, né? Mas às vezes é necessário dar uma vara de pescar e ensinar a pescar pra ele poder pescar seu próprio peixe (Entrevista 20, apoiador de Bolsonaro em 2018).

Eu sou contra o Bolsa Família [...] eu tenho que trabalhar e ter o meu alimento, o meu sustento do meu trabalho [...] a pessoa às vezes se acomoda [...] a bíblia diz 'do suor do teu rosto escorre o teu pão' [...] cada um tem que dar o seu pulo (Entrevista 18, apoiador de Bolsonaro em 2018).

E a política de transferência de renda é legítima por ser um dever do Estado e um direito de quem não tem como sobreviver de maneira digna (Entrevista 11, opositor de Bolsonaro em 2018).

Utilizando-se mais uma vez da tipologia de forças sociais que compõem a onda conservadora proposta por Almeida (2019), vemos que as falas acima demonstram a defesa de um posicionamento econômico liberal por parte das lideranças evangélicas bolsonaristas entrevistadas. Isso pode ser visto tanto na questão sobre as cotas que feririam a lógica meritocrática, quanto naquelas referentes às políticas de transferência de renda que gerariam dependência excessiva dos indivíduos ao Estado, assim como cerceamento de suas liberdades individuais.

### **Direitos sexuais e reprodutivos**

Sobre as políticas públicas de gênero, vemos que as políticas de proteção às mulheres — como, por exemplo, a Lei Maria da Penha e as delegacias das mulheres — são pouco polarizadas entre os entrevistados. A grande maioria de ambos os grupos afirmou

que o Estado deve proteger a vida da mulher e que esse tipo de medida constitui um avanço necessário para a garantia do direito à vida de milhares de brasileiras.

Essas leis (de proteção às mulheres) são fundamentais (Entrevista 6, opositor de Bolsonaro em 2018).

É uma lei fantástica (Lei Maria da Penha), libertadora que amenizou o sofrimento de muitas mulheres (Entrevista 20, apoiador de Bolsonaro em 2018).

Apesar das convergências encontradas entre os grupos sobre as políticas de proteção às mulheres, algumas críticas ao tema levantadas pelos apoiadores de Bolsonaro chamaram atenção. São elas: a) o combate à violência contra a mulher virou uma pauta de esquerda; segundo alguns deles “tudo virou feminicídio”; b) tentativa de justificar a violência contra as mulheres a partir das ações delas, e; c) visão de que a mulher é mais frágil que o homem e por isso deve ser “protegida” e “guardada”. Resultados semelhantes foram encontrados na pesquisa “O Conservadorismo e as questões sociais”, desenvolvida pela Fundação Tide Setubal (2019). Esses posicionamentos ficam claros nas falas a seguir:

Eu acredito que (feminicídio) é uma bandeira levantada (por grupos de esquerda) com segundas intenções em que se faz todo um discurso e uma política em cima de algo que já temos em lei (Entrevista 24, apoiador de Bolsonaro em 2018).

É um avanço enorme a questão da Lei Maria da Penha [...], mas também a gente é muito regido pelo que a mídia coloca né [...] as vezes a mulher adulterou com o melhor amigo do cara e o cara perdeu a cabeça, foi lá e bateu na mulher, no final ela é a vítima e ele é culpado. A mídia pega e direciona assim, tudo o que aconteceu com a mulher, a gente não sabe a história, e tudo virou feminicídio (Entrevista 18, apoiador de Bolsonaro em 2018).

A Bíblia fala que o homem tem que tratar a mulher como parte mais fraca em relação à proteção (Entrevista 22, apoiador de Bolsonaro em 2018).

Ainda sobre a agenda de gênero, apesar de o tema de violência contra as mulheres ser pouco polarizado entre os grupos entrevistados, a questão sobre o casamento homoafetivo apresentou bastante polarização entre eles. Enquanto todos os opositores de Bolsonaro se posicionaram a favor da garantia do casamento homoafetivo pelo Estado

brasileiro — afirmando ser esse um direito de qualquer cidadão independentemente de orientação sexual —, seus apoiadores se posicionaram majoritariamente contrários. Essa visão encontra respaldo em pesquisa do Datafolha (2013)<sup>11</sup> que demonstra que 63,3% dos evangélicos pentecostais e 68% dos não pentecostais são contrários ao casamento homoafetivo (PRANDI & SANTOS, 2017). Os principais argumentos utilizados pelos que se opõem ao casamento homoafetivo são: a) Deus criou apenas dois gêneros: homem e mulher; b) o relacionamento entre pessoas do mesmo sexo é imoral, contraria os princípios cristãos e coloca em risco a família tradicional.

Tem coisa que é lei, mas é imoral porque biblicamente foram criados apenas 2 gêneros, macho e fêmea (Entrevista 13, apoiador de Bolsonaro em 2018).

Isso já por princípios cristãos eu já não sou favorável. Vai acabar contrariando os princípios da palavra de Deus, então eu não concordo (Entrevista 15, apoiador de Bolsonaro em 2018).

[...] a constituição da família é formada por um homem e uma mulher. Se eu aceitar essa prática nós vamos correr o risco de a família chegar a um contexto de deformação, e as vezes até de extinção (Entrevista 21, apoiador de Bolsonaro em 2018).

Os mesmos argumentos também são encontrados em discursos de Bolsonaro. Em 17 de janeiro de 2022, o então presidente afirmou que “A esquerda quer o poder e a maneira melhor de ela chegar ao poder é destruindo os valores familiares”. Sobre o casamento homoafetivo, ele afirmou que “foi uma grande medida para tentar destruir os valores familiares e atacar diretamente no coração dos cristãos no Brasil”<sup>12</sup>.

Em relação ao papel do Estado na regulamentação do casamento homoafetivo, entre aqueles que apoiam Bolsonaro, há dois tipos de opinião: 1) aqueles que se posicionam pessoalmente contrários, mas reconhecem que o Estado deve garantir os mesmos direitos para casais homossexuais e heterossexuais, e; 2) aqueles que julgam que o Estado deve proibir o casamento homoafetivo.

---

<sup>11</sup> Pesquisa nacional realizada de 6 a 7 de junho de 2013, com a população de 16 anos ou mais e analisada por PRANDI & SANTOS (2017).

<sup>12</sup> <https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/bolsonaro-casamento-homoafetivo-atacou-coracao-dos-cristaos-do-pais> .

Como o Estado não tem compromisso com Deus [...] como o governo dirige as Leis para todos e não só para um grupo, quanto às decisões do Estado, eu não tenho problema. Se foi decidido assim que fosse feito o casamento homoafetivo, ok. Mas, pessoalmente eu aceito porque o Estado criou a Lei e diz que é assim (Entrevista 13, apoiador de Bolsonaro em 2018).

Não deveria ser tão liberal e o Estado não deveria permitir que haja essa fragilidade. Não pode permitir que a sociedade seja fragilizada com essa proposta de formação de família entre dois homens e duas mulheres (Entrevista 16, apoiador de Bolsonaro em 2018).

Ainda sobre direitos sexuais e reprodutivos, quando questionados sobre suas posições sobre aborto, nossos entrevistados se dividiram em três tipos de posições: aqueles que são favoráveis à descriminalização do aborto; aqueles que defendem o aborto apenas nos casos já previstos em Lei; e aqueles contrários ao aborto em todas as situações.

Argumentos favoráveis à descriminalização do aborto são levantados apenas entre aqueles que se posicionam contrários a Jair Bolsonaro. Seus principais argumentos são: 1) as mulheres possuem o direito de decidirem sobre seus corpos; 2) aborto não é uma questão moral, mas um problema de saúde pública; 3) o aborto não é o desejo de ninguém, porém o pecado humano faz com que esse seja necessário em alguns casos, assim como o divórcio.

Já o posicionamento contrário ao aborto em qualquer situação é encontrado apenas entre aqueles que se posicionam favoráveis a Jair Bolsonaro. Para esse grupo, o aborto — em qualquer condição — seria a realização de um assassinato de uma vida que não tem condições de defesa.

Eu sou até contra o aborto em caso de estupro, porque é um assassinato. Primeiro, a mulher deve se cuidar. Lógico, mesmo se cuidando pode acontecer um estupro. Mas essa criança que foi gerada [...] eu sei que isso é ruim pra mulher que engravidou, mas eu acho que é pior ela causar um aborto, um assassinato (Entrevista 19, apoiador de Bolsonaro em 2018).

[...] se tem alguém que precisa de direitos humanos é o bebê que está lá dentro da barriga da mãe e não pode fazer nada por ele mesmo (Entrevista 22, apoiador de Bolsonaro em 2018).

Um argumento recorrente nesse grupo é o de que a mulher que aborta se torna depressiva e que o aborto teria um impacto espiritual na vida da pessoa que o faz e do País que o permite, sendo que ambos seriam amaldiçoados. Nas palavras de um de nossos

entrevistados, o País que permite o aborto se abre para a entrada de demônios em seu território. Ademais, em sua visão, ao abortar a mulher se transforma numa espécie de túmulo ambulante, fria, onde "nada floresce", nem espiritual nem materialmente.

Esses temas contaminam o povo, contaminam a nação. Por conta disso aí, Sodoma e Gomorra foram destruídas. Então, isso traz a falta de paz. Se isso for intensificado, se for liberado, isso vai marcando a nossa terra, vai abrindo portais espirituais, vai abrindo um ambiente espiritual para que os demônios atuem. Isso tira a graça, a bênção de Deus sobre nós. Então, o Estado tem que se opor para que possa proteger espiritualmente e fisicamente o povo [...] você pode pegar o alto índice de mulheres frígidas após um aborto, é enorme [...] o aborto tem uma conotação bíblica [...] O aborto não é uma coisa tão simples assim, não é só um impacto material aqui, é um impacto espiritual [...] depois de um aborto, a pessoa tem a tendência de se tornar uma pessoa depressiva [...] no momento em que a pessoa aborta, ela está se tornando num túmulo e um túmulo é o quê? Ele é frio, congelado. Dentro de um túmulo só tem restos [...] como um túmulo [...] a pessoa tende a se tornar uma pessoa mais difícil [...] toca num túmulo, ele é frio, até financeiramente, ela começa a ter dificuldades financeiras, vai lá plantar em cima de um túmulo e vai ver se nasce (Entrevista 16, apoiador de Bolsonaro em 2018).

As questões sobre direitos sexuais e reprodutivos deixam claro o alinhamento das lideranças bolsonaristas entrevistadas com a força social conservadora apontada por Almeida (2019) que se refere à moralidade e aos costumes.

Em primeiro lugar, apesar de o tema da violência contra a mulher gerar poucas divergências entre os grupos entrevistados, é possível identificar no discurso daqueles que apoiam Bolsonaro uma visão sobre família onde a mulher é mais frágil/fraca que o homem e por isso deve ser protegida por seu marido. No campo do casamento homossexual, os argumentos apresentados pelas lideranças evangélicas bolsonaristas também são baseados na moralidade bíblica, ou seja, na noção de que Deus criou homem e mulher e que o relacionamento entre pessoas do mesmo sexo contraria os princípios cristãos. Assim como apontado por Almeida (2019), aqui vemos que o conservadorismo de costumes propagados por setores cristãos, especialmente evangélicos, não pretende se limitar apenas a seus fiéis, mas alcançar a sociedade como um todo e disputar “no plano da norma jurídica os conteúdos da moralidade pública” (p. 208). Outro argumento importante apresentado por esse grupo que deixa claro seu conservadorismo moral é de que a homossexualidade seria algo imoral.

O mesmo ocorre quando o tema é aborto. A defesa da proibição do aborto em qualquer situação só é encontrada dentre os entrevistados bolsonaristas. As justificativas para isso também estão no campo da religião e da moral, já que o aborto teria um impacto espiritual negativo na vida da mulher que o realiza, assim como no País que o aprova. Em todos esses argumentos fica claro que a religião ultrapassa a esfera privada e individual e atua sobre a esfera pública.

Por fim, ressaltamos que no caso do aborto, encontramos alguma intersecção em relação ao posicionamento dos dois grupos entrevistados, já que parte daqueles que se declararam críticos de Jair Bolsonaro também admitiu o aborto apenas nos casos já previstos em Lei.

## **CONCLUSÕES**

Ao levar em consideração a proposição de Almeida (2019) de que a onda conservadora constitui um emaranhado de vários jogadores em diferentes tabuleiros, que são atravessados por diferentes forças sociais, e sabendo que o setor evangélico é uma das peças fundamentais desse jogo, neste artigo analisamos os posicionamentos sobre democracia e direitos humanos de lideranças evangélicas apoiadoras do presidente Jair Bolsonaro, buscando identificar em seus discursos elementos das forças sociais apontados por Almeida. As entrevistas com opositores de Bolsonaro serviram como mecanismo de controle para que pudéssemos compreender se os elementos identificados nos discursos dos bolsonaristas eram restritos a esse grupo ou se estavam presentes também nos posicionamentos de lideranças evangélicas opositoras ao então presidente.

O primeiro resultado encontrado é que lideranças evangélicas conservadoras tendem a dar maior apoio a pautas abstratas sobre direitos humanos e democracia, em detrimento de políticas públicas concretas que visam garantir direitos econômicos e sociais. Por exemplo, ao longo de nossa pesquisa vimos que democracia surge como tema pouco polarizado entre os entrevistados, já que em sua maioria esses afirmam considerá-la como a melhor forma de governo. Também houve pouca polarização entre eles em relação ao conceito de direitos humanos, pois ambos os grupos defenderam sua importância e apontaram o direito à vida e à dignidade como eixos centrais do tema. Mas baixa polarização não significa que não haja importantes diferenças de posicionamentos entre os grupos. Como vimos ao longo do trabalho, no que se refere à democracia, diferentemente do outro grupo entrevistado, os apoiadores de Bolsonaro defendem majoritariamente que

em uma democracia a vontade da maioria deve ser sobreposta à da minoria. Já quando o tema é direitos humanos, enquanto os apoiadores de Bolsonaro ressaltaram o princípio da igualdade dos direitos humanos, os críticos de Bolsonaro reforçaram as diferenças sociais, econômicas e raciais entre as pessoas, destacando a prioridade daqueles em situações de vulnerabilidades.

Ao utilizarmos a tipologia — proposta por Almeida (2019) — das quatro forças sociais que compõem a onda conservadora no Brasil, vimos que, apesar das convergências entre os grupos e da baixa polarização nessas questões, as divergências encontradas entre eles apontam para um posicionamento socialmente intolerante por parte do grupo bolsonarista. Ao defenderem majoritariamente que a democracia é o regime em que a vontade da maioria (cristã) deve se sobrepor às minorias e ao compreenderem direitos humanos a partir da ideia de que todos são iguais, sem reconhecer que há populações mais vulnerabilizadas do que outras, esses acabam reforçando um ideal socialmente intolerante e, especialmente, excludente. É excludente porque tais concepções reforçam as desigualdades já existentes na sociedade, não buscando sua reparação. Como vimos ao longo do trabalho, posições semelhantes também foram encontradas nos discursos de Jair Bolsonaro. Já o grupo opositor a Bolsonaro não compartilha das mesmas visões sobre democracia e direitos humanos.

Em segundo lugar, identificamos que políticas públicas socioeconômicas representam um médio grau de polarização entre as lideranças evangélicas pesquisadas. Em nossa análise vimos que, apesar de a maior parte dos entrevistados se posicionar favorável ao Bolsa Família, o grupo formado por apoiadores de Bolsonaro possui diversas críticas ao Programa. As principais críticas apontadas foram que as políticas de transferência de renda deixam seus beneficiários acomodados e demasiadamente dependentes do Estado. Na visão desse grupo, a dependência do indivíduo em relação ao Estado é negativa, pois acaba por restringir sua liberdade. Tendência semelhante é encontrada em relação às políticas de cotas. A maior divergência encontrada entre os grupos refere-se às cotas raciais. Segundo os eleitores de Bolsonaro, as políticas de cotas raciais criam divisões negativas na sociedade, além de ferirem o princípio da meritocracia. Esses discursos reforçam o que Almeida (2019) chamou de força social economicamente liberal, um dos principais eixos da onda conservadora no Brasil. Seus elementos também podem ser encontrados nas falas de Jair Bolsonaro, conforme vimos ao longo do texto. Por outro lado, posições distintas foram encontradas nas falas dos opositores ao então presidente da República.

Em terceiro lugar, vimos que temas relacionados a direitos sexuais e reprodutivos são aqueles que recebem maior rejeição dos apoiadores de Bolsonaro. Alta polarização entre os grupos analisados foi identificada nesses temas, já que os opositores de Bolsonaro majoritariamente se posicionaram a favor do casamento homoafetivo, enquanto a maior parte de seus apoiadores afirmou ser explicitamente contrária. Em relação ao aborto, alto nível de polarização também foi identificado. Apenas entre eleitores de Bolsonaro encontramos posições favoráveis à proibição do aborto mesmo nos casos já permitidos em Lei, enquanto apenas entre seus críticos encontramos posicionamentos a favor do aborto em qualquer situação.

Ao analisarmos os temas de direitos sexuais e reprodutivos a partir da tipologia proposta por Almeida (2019), vimos que há um alinhamento indiscutível entre as lideranças evangélicas bolsonaristas entrevistadas e a força social conservadora apontada por Almeida (2019) que se refere à moralidade e aos costumes. As justificativas dadas por aqueles que defendem tanto a proibição do casamento homoafetivo quanto do aborto são baseadas em preceitos bíblicos. Defendem-se os valores religiosos como base para a moralidade pública.

Entretanto, verificamos que há entre os apoiadores de Bolsonaro um espaço para uma posição de defesa da separação entre Igreja e Estado. Verificamos que parte desse grupo, apesar de se dizer pessoalmente contra o casamento homoafetivo, reconhece o dever estatal de garantir direitos iguais para casais homossexuais e heterossexuais. O mesmo não ocorre no caso do aborto.

Ressaltamos que, apesar de haver temas que causam maior polarização entre os grupos do que outros — como é o caso dos direitos sexuais e reprodutivos —, foram identificados, nos discursos dos bolsonaristas sobre todos os temas, elementos que compõem três das quatro ondas sociais do conservadorismo: a economicamente liberal, a moralmente reguladora e a socialmente intolerante (ALMEIDA, 2019). Elementos semelhantes não foram identificados nas falas dos opositores do então presidente da República a não ser na questão sobre aborto. Sobre essa questão pudemos encontrar também nas falas desses atores posições bíblicas para se posicionarem pessoalmente contrários ao aborto, indicando certa intersecção entre os grupos nesse tema.

Por fim, gostaríamos de deixar claro que não exploramos a força social securitariamente punitiva proposta por Almeida (2019) neste texto, não porque essa não seja importante, mas porque questões relacionadas à segurança e criminalidade não foram

tratadas em nossas entrevistas. Essa constitui, portanto, agenda de trabalho a ser perseguida futuramente.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, G. D. (2019). Grupos protestantes e engajamento social: uma análise dos discursos e ações de coletivos evangélicos progressistas. *Religião & Sociedade*, 39, 173-196.

ALMEIDA, Ronaldo. (2020). Players evangélicos na crise brasileira (2013-2018). In: PÉREZ GUADALUPE, José Luis; CARRANZA, Brenda. Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung.

ALMEIDA, Ronaldo. (2019). Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. *Novos estudos CEBRAP*, 38, 185-213.

CARRANZA, B. (2020). Evangélicos: o novo ator político. In: PÉREZ GUADALUPE, José Luis; CARRANZA, Brenda. Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung.

EFREM, R. (2020). “Os evangélicos” como nossos “outros”: sobre religião, direitos e democracia. *Religião & Sociedade*, 39, 124-151.

FONSECA, Alexandre Brasil. (2018). Foram os evangélicos que elegeram Bolsonaro? São Leopoldo: Instituto Humanitas UniSinus. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/584446-foram-os-evangelicos-que-elegeram-bolsonaro%3E>. Acesso em: 30 nov. 2022.

FRESTON, Paul. (1993). *Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao impeachment*. Tese de doutorado. Departamento de Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Unicamp, Campinas.

FUNDAÇÃO TIDE SETUBAL (2019). O conservadorismo e as questões sociais. São Paulo: 2019. Disponível em: <https://conteudo.fundacaotidesetubal.org.br/downloadconservadorismo>. Acesso em: 30 nov. 2022.

HAIDER, Asad. (2019). *Armadilha da identidade: raça e classe nos dias de hoje*. Tradução de Leo Vinicius Liberato. São Paulo: Veneta.

MARIANO, Ricardo; GERARDI, Dirceu André. (2020). Apoio evangélico a Bolsonaro: antipetismo e sacralização da direita. In: PÉREZ GUADALUPE, José Luis; CARRANZA, Brenda. Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung.

MONTERO, P. (2012). Controvérsias religiosas e esfera pública: repensando as religiões como discurso. *Religião & Sociedade*, 32, 167-183.

PÉREZ GUADALUPE, José Luis. (2020). Brasil e os novos atores religiosos da política latino-americana. In: PÉREZ GUADALUPE, José Luis; CARRANZA, Brenda. Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung.

PRANDI, R., & SANTOS, R. W. D. (2017). Quem tem medo da bancada evangélica? Posições sobre moralidade e política no eleitorado brasileiro, no Congresso Nacional e na Frente Parlamentar Evangélica. *Tempo Social*, 29, 187-214.

- RISÉRIO, Antonio. (2022). *A crise da política identitária*. Rio de Janeiro: TopBooks.
- SANTOS, Boaventura Sousa (2003). *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural*. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- TOCQUEVILLE, Alexi. D. (2020). *La democracia en América*. Fondo de Cultura Económica.
- VITAL DA CUNHA, Christina; LOPES, P. V. L. (2012). *Religião e Política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: Gráfica Minister.

**Ana Claudia Salgado Cortez**

Mestra em Direitos Humanos e Cidadania pela UnB e doutoranda em  
Ciência Política pela USP